

Jesus Cristo – o critério da nossa fé no verdadeiro e único Deus

1.

Na perspectiva da fé cristã, Jesus de Nazaré é alguém por quem e em quem Deus se revela. O próprio Jesus afirma que “ninguém conhece... quem é o Pai excepto o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Lc 10,22). Isso não significa, contudo, que, de acordo com Jesus, não houvesse antes do seu próprio ministério nenhum conhecimento acerca de Deus. Sendo judeu, Jesus herdou a fé de Israel no único Deus, que criou os céus e a terra e chamou o povo de Israel à existência e a viver como seu povo particular com base na aliança que lhes concedeu. De facto, a mensagem de Jesus pressupunha tal conhecimento, como quando convocou o seu povo à conversão a Deus, pois o seu reino tornou-se próximo (Mc 1,15). O mesmo é dizer que o povo se perdeu do seu Deus. Mas pode recordar-se-lhes que o seu Deus é o Deus de Israel. Tal sucedeu várias vezes na história de Israel. O povo foi atrás de outros deuses e desviou-se das regras da aliança. A tarefa dos profetas, por conseguinte, era a de chamar o povo de volta, para que se arrependessem e voltasse para o seu Deus. Jesus continuou nesta tradição. A sua mensagem, sumariada em Mc 1,14ss até é idêntica à do “arauto de boas novas” do deutero-isaiás (Is 52,7) que anuncia ao povo judeu que o seu Deus se fez rei. Esse é o “evangelho” que Jesus proclamou de acordo com Mc 1,15: “o reino de Deus está próximo”. Isto é razão para um arrependimento urgente, para reconhecer novamente o soberania do seu Deus sobre a vida a fim de a receber como salvação.

Assim, Jesus pressupôs a fé judaica no Deus único. Desde os tempos do deutero-isaiás na época do exílio da Babilónia, o Deus de Israel foi

anunciado como o Deus uno e único, pois só Ele criou os céus e a terra. Não era apenas proibido adorar outros deuses, mas também era dito que eles mesmos não eram nada, não existindo: “olhai, não sois nada, e o vosso trabalho é nada” (Is 41,24). Por isso, o Deus de Israel afirma: “antes de Mim nenhum outro deus foi formado, nem existirão outros depois de Mim. Eu sou o Senhor, e não existe nenhum salvador para além de Mim (43,11). É assim porque foi o Deus de Israel “que criou os céus e os expandiu, que consolidou a terra com a sua vegetação, que deu vida aos habitantes e o alento aos que nela vivem” (42,5).

O que significa, então, que só em Jesus se revela o Deus único? Apenas por Ele é que o ser humano realmente apreende quem é o único Deus, o criador do céu e da terra. Uma tal revelação não vem no início do conhecimento humano acerca do Deus único, mas como sua consumação.

2.

Na linguagem de Jesus o Deus de Israel era chamado “pai”, o “pai do céu” ou simplesmente “pai”, sobretudo quando a Ele se dirigiam na oração. Jesus não só falou de Deus como seu “pai”, mas também ensinou os discípulos a chamar a Deus “Pai”. Isso era específico da relação de Jesus com Deus, e tornou-se a marca distintiva da relação dos cristãos ao único Deus. Mas uma tal linguagem não era completamente nova nos tempos do ministério terreno de Jesus. Tinha sido usada ocasionalmente no Antigo Testamento. Deste modo, a famosa profecia do profeta Natan, prometendo a David uma herança contínua e uma sucessão ao seu trono, diz acerca do sucessor: “Eu serei para ele um pai e ele será para Mim um filho” (2 Sam 7,14). Mais tarde, a paternidade de Deus foi alargada para incluir todo o povo de Israel. Assim, o profeta Jeremias apresenta a palavra de Deus que proclama que, ao permitir o regresso do povo do cativeiro da Babilónia para Jerusalém, Deus tornou-Se o pai de Israel (Jer 31,9). O profeta Malaquias podia perguntar a todo o povo: “não temos todos um só pai? Não nos criou Deus?” (Mal 2,10). Contudo, a referência a Deus como pai era de algum modo rara na tradição judaica. De um modo geral, na oração judaica Deus é evocado em primeiro lugar como rei do universo.

Ao invés, na proclamação e no ministério de Jesus o nome “pai” tornou-se o foco da sua linguagem acerca de Deus e, de uma maneira especial, tornou-se o modo de dirigir ao Deus na oração. Além do mais, ao dirigir-se a Deus como Pai, Jesus usou a expressão mais íntima, Abba. Indica a intimidade da sua comunhão com Deus e todos aqueles que aceitaram a

sua mensagem, que anuncia o reino de Deus e a respectiva vocação incondicional sobre as nossas vidas de criaturas, foram chamados a entrar na mesma relação de intimidade com Deus.

Por isso, na linguagem de Jesus o termo “pai” não é uma metáfora intercambiável. Não pode ser substituída por “mãe” ou outra qualquer designação, porque na linguagem de Jesus é o *nome* de Deus. Trocando-o por qualquer outro nome significaria substituir o Deus de Jesus por qualquer outro deus. Além do mais, na linguagem de Jesus a palavra “pai” não tem a conotação de género. Não representa Deus como uma pessoa masculina, ainda que as críticas feministas da linguagem cristã sobre Deus suponham que esse seria aqui o caso. Antes, a palavra “pai” veicula a noção de autoridade, e esse é o elemento metafórico preponderante, correspondente à autoridade do pai na tradição judaica. De uma forma distinta do termo “Senhor”, termo aceite na tradição judaica para alguém se dirigir a Deus ou de se referir a Ele, a palavra “pai” também inclui o elemento da gratuidade e do amor, e, por isso, evocar Deus como pai pode não só exprimir o reconhecimento da Sua autoridade, do seu senhorio, como também a intimidade da comunhão amorosa e da confiança incondicional. É precisamente a combinação da autoridade e da comunhão amorosa que caracteriza o nome “pai” na linguagem de Jesus acerca de Deus.

3.

Por conseguinte, não é surpreendente que, ao proclamar a paternidade de Deus, Jesus ensine os seus discípulos que Deus é amor. Na situação actual, a concepção bíblica de Deus como amor é mal interpretada, como se isso significasse que Deus aceitaria tudo nas suas criaturas independentemente do modo como se comportam. Isso é desconsiderar a pretensão ao senhorio que está envolvida, suposta quando se diz que é Deus que é amor. O amor divino exige as nossas vidas e não é reconciliável com alguns modos de vida que escolhemos. Todavia, Deus, o criador, preocupa-se por todas as suas criaturas. Jesus diz acerca do nosso Pai que está nos céus que “faz levantar o sol sobre os maus e sobre os bons, envia a chuva sobre o justo e o injusto” (Mt 5,45).

Os que acreditam neste Deus deveriam seguir o seu exemplo: “ama os teus inimigos e reza por todos aqueles que te perseguem, de tal modo que sejas filhos do vosso Pai que está nos céus” (Mt 5,44ss). O amor dos nossos inimigos não significa, claro está, que os deixemos por modificar.

Ao contrário, significa induzi-los a que permitam ser tocados e movidos pelo amor de Deus ao ponto de modificar os seus comportamentos.

Isto corresponde ao modo como o amor de Deus se torna aparente na proclamação de Jesus e no seu ministério, porque todos os que recebem a mensagem de que o reino de Deus está próximo, acreditando e agindo de modo consequente, isto é, arrependendo-se das aberrações contra a direcção de Deus, mudando os seus corações e os seus modos de vida, são inclusivé aceites agora à comunhão com Deus e ao seu reino que está para vir. Com eles, o futuro do reino começa até agora, e isso inclui a sua salvação, a participação jubilosa na própria vida eterna de Deus. Porquanto, a mensagem de que o reino de Deus está próximo, quando é recebida na fé, exprime e veicula o amor salvífico de Deus. Jesus celebrou isto, a presença da salvação, celebrando com os seus discípulos a refeição, que era entendida na tradição judaica como um símbolo de comunhão no reino de Deus que estava para vir. Jesus celebrou esta comunhão nas suas refeições como uma realidade já presente, pois, como aqueles que acreditam agora que o reino de Deus está próximo, é já uma realidade presente. Por conseguinte, os que eram admitidos à refeição na sua presença, eram admitidos à comunhão do reino, e está é a razão para a aguda controvérsia devido ao facto de que Ele admitia às suas refeições também pecadores e até publicanos, considerados como sendo dos piores pecadores (Mt 11,19), ou devido ao facto de que ía às suas casas para tomar uma refeição com eles. Os que eram aceites para partilhar da comunhão do reino recebiam por implicação o perdão dos pecados, porque a comunhão com Deus significa que é ultrapassado tudo o que separa de Deus.

A mensagem de Jesus de que o reino de Deus está próximo e se torna uma realidade já presente com todos aqueles que respondem pela fé, e que por isso se arrependem da sua prévia separação de Deus, significa que a salvação é concedida aos fiéis juntamente com a presença do reino.

E a conversão dos pecadores, que respondem pela fé à mensagem do reino, poderá ser tomada como a evidência mais clara do amor de Deus, do seu carácter incondicional. Assim, Jesus ilustra o amor de Deus em parábolas sobre a procura do que está perdido – a dracma perdida, a ovelha perdida, o filho pródigo (Lc 15). É um triunfo particular do amor de Deus trazer de volta aqueles que se perderam, os quais, sentindo a sua miséria, agarrariam mais facilmente a sua hipótese de salvação abraçando a boa nova de que o reino de Deus está próximo.

A preocupação amorosa de Deus por aquilo que está perdido exprime o carácter incondicional do amor de Deus. Precisamente por isso,

a mensagem de Jesus escandalizou os justos, os fariseus, que julgavam a sua justiça, a sua vida segundo a lei, como sendo a condição para participar na salvação futura, na comunhão do reino de Deus. De acordo com Jesus, a recepção fiel da sua mensagem, de que o reino de Deus está próximo, é a única condição para participar na sua salvação. Esta exigência da sua pessoa, implícita na sua proclamação do reino, veio a tornar-se a razão principal para a sua rejeição e para a sua morte de cruz.

O carácter incondicional do amor de Deus não significa, claro está, que a resposta da fé não fosse exigida. Esta resposta implica aceitar a exigência de Deus sobre a vida da sua criatura. Implica a obediência à pretensão de Deus. Mas isso não é uma pré-condição do amor de Deus, é uma consequência da sua recepção. A recepção fiel do amor de Deus significa obedecer à pretensão de Deus sobre a própria vida bem como participar no seu amor transformador pelo mundo. Desse modo, de acordo com Jesus, tornamo-nos filhos do nosso Pai que está nos céus (Mt 5,45) – filhos e filhas de Deus, disfrutando da comunhão na sua vida eterna.

4.

A relação a Deus que corresponde à sua paternidade é a filiação. O filho reconhece a autoridade do pai. Obedece à vontade do pai, à tarefa ou mandato que lhe foi dado. Servindo o mandato do pai, o filho é igualmente o seu representante. Quando Jesus proclamou o reino de Deus, a quem chamava o Pai do céu e a quem se dirigia em oração como o seu Pai, agia como representante do pai, executando a missão que recebeu d'Ele. Tudo isto supunha a sua relação de filiação ao Pai. No processo contra Jesus em Jerusalém, Jesus foi acusado de “se fazer o Filho de Deus” (Jo 19,7). Quando foi questionado pelo sumo sacerdote se de facto era o filho de Deus (Lc 22,70 par.), pelo menos não rejeitou esta pretensão, talvez até a tenha explicitamente confirmado. Segundo as informações dos evangelhos, esta admissão tornou-se a razão da sua condenação. A consciência de ser Filho de Deus certamente correspondia ao modo como Jesus centrou o seu ensinamento acerca de Deus no nome “Pai”.

Aquele que proclama e serve o reino de Deus, tendo recebido este ministério como missão e mandato de Deus Pai, de facto comporta-Se como Seu “Filho”, tal como é expresso pelas próprias palavras de Jesus: “tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece o Filho senão o Pai, e ninguém conhece o Pai senão o Filho ou aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11,27). Esta expressão descreve a singular autoridade

do Filho que deriva da do Pai. Descreve também a autoridade de Jesus realmente exercitada na proclamação de que o reino de Deus está próximo e na mediação aos ouvintes da sua presença e da salvação na sua própria pessoa. Todavia, esta expressão descreve a relação entre o Filho e o Pai na linguagem da terceira pessoa, como se fosse uma parábola. Em ordem a perceber esta peculiaridade, é útil recordar que na tradição judaica existia alguma precedência em conceber a relação entre Deus e uma pessoa em termos da relação entre Pai e Filho.

Na tradição cristã, estamos habituados a relacionar o título "Filho", no que toca à relação de alguém com Deus, exclusivamente com Jesus. Em certo sentido, está indubitavelmente de acordo com o Novo Testamento. No evangelho de João é dito que, ao enviar Jesus, Deus "deu o seu próprio Filho para que todo aquele que acredita não pereça mas tenha a vida eterna" (Jo 3,16; cf. 1,14). Jesus era de facto único no anúncio do futuro próximo do reino de Deus, pois assumia a autoridade de transmitir desse modo já a sua presença, bem como a da salvação que implicava. Assim, agia na autoridade do critério último da fé no único Deus verdadeiro. Essa autoridade era descrita de forma apta como sendo aquela do Filho, do único Filho do Pai do céu que Ele anunciava. Não era algo acrescentado ao anúncio do reino de Deus que estava para vir, mas estava implícito na proclamação e no modo como Jesus agia. Esta exigência implícita foi o centro da controvérsia que o envolveu, levando à sua condenação e à morte na cruz. Esta pretensão foi, contudo, vingada pela sua ressurreição dos mortos, de tal modo que num pequeno sumário da fé cristã que o apóstolo Paulo cita nas frases de abertura da carta aos Romanos podia-se falar de Jesus como Filho de Deus "designado Filho de Deus em poder segundo o Espírito de santidade pela sua ressurreição de entre os mortos" (Rom 1,4). A pretensão em ser o Filho de Deus e a controvérsia à volta desta pretensão foram consideradas pelos primeiros cristãos como tendo sido definitivamente superadas pela ressurreição de Jesus de entre os mortos.

Esta é a única forma na qual Jesus é Filho de Deus. Mas existe também uma aplicação mais geral daquele título, primeiro nas palavras do próprio Jesus quando fala daqueles que participam no amor de Deus ao mundo ao ponto de amar os inimigos e assim se tornarem filhos do Pai que está nos céus (Mt 5,45). O apóstolo Paulo escreve na carta aos Romanos que "todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus" (Rom 8,12) e que, na futura consumação deste mundo por Deus, os crentes serão "conformes à imagem do seu Filho para que Ele se torne o primogénito de

muitos irmãos" (8,29). Esta será a revelação dos "filhos de Deus" pela qual toda a criação espera ansiosamente (8,19), porque implica a libertação de todas as criaturas do jugo da perecibilidade.

Apesar da unicidade da prerrogativa de Jesus em ser o Filho de Deus, o Pai do céu, subsiste também uma aplicação mais vasta dessa designação a "todos os que são guiados pelo Espírito de Deus" (Rom 8,12). Isto levanta inevitavelmente a questão de saber como é que uma tal linguagem é conciliável com a afirmação de que na pessoa de Jesus encarnou o Filho único e uno de Deus. Para responder a esta pergunta há que alargar o horizonte incluindo a pré-história da tradição judaica do uso do Novo Testamento do título "filho de Deus". Se nos centrarmos no Antigo Testamento, a evidência mais antiga é mais uma vez, como no caso da paternidade de Deus, a relação especial de filiação do rei judeu com o Deus de Israel. Quando o profeta Natan prometeu a David um sucessor para o seu trono, afirmou em nome de Deus: "eu serei o seu pai, e ele será o meu filho" (2 Sam 7,14). O segundo salmo cita um "decreto do Senhor" que poderá ter sido usado na entronização dos reis judeus: "tu és meu filho, eu hoje te gerei" (Sl 2,7), uma fórmula de adopção. Este conceito de filiação foi alargado pelo profeta Oseias por forma a abarcar todo o povo de Israel. O êxodo do Egipto foi um efeito do chamamento divino, e o povo é o "filho" escolhido de Deus: "do Egipto chamei o meu filho" (Os 11,1). A mesma ideia aparece no livro do Êxodo (4,22) e no profeta Jeremias (31,9). Filiação, então, é a relação a Deus Pai que o escolhido está chamado a disfrutar e a viver. Todavia, esta não foi a realidade histórica na história do povo de Israel, segundo o mesmo profeta Oseias. Desviaram-se, contudo, da voz de Deus (Os 11,2ss) e só no fim de uma longa história de educação divina com experiências amargas do julgamento divino foram chamados "filhos do Deus vivo" (Os 1,10). Por isso, não é a realidade histórica, mas o destino divino do povo é vir a ser "filhos do Deus vivo". Se Deus é Pai das suas criaturas devido ao acto da criação, tal como afirmou o profeta Malaquias (Mal 2,10), esse destino de se relacionar com Deus tal como os filhos se relacionam com o seu pai numa comunhão de amor, de respeito e de obediência, poderá finalmente ser aplicado a todo o ser humano.

Sempre que na Escritura Deus é evocado como Pai, a posição adequada e a atitude do seu parceiro humano é concebida como filiação. "Pai" é um termo relativo, um conceito relacional. Requer termos correlativos como filhos, filhas, ou crianças. Isto também se aplica quando a paternidade de Deus é tida como a característica central da sua identidade como

Deus e Criador, à semelhança do que aparece na linguagem de Jesus acerca de Deus. Mas nessa altura, tal como afirmou Atanásio séculos mais tarde, a identidade do Deus eterno como Pai, como Pai eterno, exige um correspondente eterno no Filho eterno. Nas palavras de Atanásio, Deus, o Pai eterno, nunca esteve sem o seu Filho. Esta correlação eterna da paternidade de Deus não pode ser idêntica à de qualquer ser humano nem à do mundo, e isso explica como, ao falar num sentido mais amplo da filiação humana em relação à paternidade de Deus, pode ser compatível com a unicidade da relação de Jesus ao seu Pai celestial. A solução é a seguinte: enquanto que nos casos da filiação face à paternidade de Deus, tal como vêm relatados no Antigo Testamento, o Filho eterno é esboçado ou prefigurado como correlativo do Pai eterno, na pessoa de Jesus o filho eterno do próprio Deus fez-Se carne num ser humano.

Esta é, então, a unicidade da identidade de Jesus como Filho de Deus: o eterno correspondente do Deus eterno como Pai foi definitivamente realizado nele na forma de um único ser humano. A consequência é que o destino de todos os outros homens em atingir a comunhão com o Pai do céu de um modo que corresponda à sua paternidade só pode ser realizado pela participação na relação de Jesus a Deus Pai, participação no seu amor, na sua comunhão de confiança e de obediência com Deus Pai.

Estas são as consequências da concentração de toda a linguagem de Jesus sobre Deus no nome de Deus como Pai. Se Deus é Pai na eternidade, então nunca esteve sem o seu correspondente eterno no Filho eterno, e assim Jesus enquanto pessoa humana é a encarnação do Filho eterno de Deus, o Seu único Filho. O mesmo é dizer que a concepção trinitária de Deus, segundo a doutrina trinitária da Igreja, tem de ser compreendida e tida em conta como explicação do que já está implícito na relação de Jesus com Deus Pai, cujo reino vindouro anunciou de tal modo que pelo seu ministério o reino do Pai torna-se uma realidade presente como todos aqueles que aceitam na fé o advento do reino de Deus, qual reformulação das suas vidas todas. Neste sentido, o modo que Jesus tem de falar sobre Deus e de se dirigir ao Deus de Israel como Pai é a raiz da crença cristã no Deus trinitário, ainda que esta doutrina só tenha tomado a forma definitiva séculos mais tarde.

A doutrina trinitária da Igreja não é apenas acerca do Pai e do Filho, mas também acerca do Espírito Santo, o Espírito de Deus que segundo as Escrituras foi totalmente derramado em Jesus e mais tarde comunicado aos fiéis crentes que permanecem unidos a Jesus pelo baptismo. Sempre que até aqui a comunhão do Filho com o seu Pai eterno foi mencionada,

esteve sempre suposto o Espírito de Deus. O próprio Filho tem a sua comunhão com o Pai pelo Espírito, e é pelo mesmo Espírito que os cristãos baptizados participam na relação de Jesus como Filho do Pai do céu.

O Deus trinitário da fé cristã não é outro que não o Deus único de Israel, a quem Jesus chamava o Pai do céu. Diversamente da antiga objecção dos judeus ou dos muçulmanos, a fé cristã não “associa” mais alguma coisa, uma criatura, ao único Deus verdadeiro. O Filho eterno, que encarnou em Jesus Cristo, não é uma criatura, mas o correlativo eterno de Deus Pai, sem o qual Deus Pai não podia ser Pai. Por conseguinte, a fé trinitária não viola o princípio do monoteísmo. Antes, a afirmação monoteísta do único Deus verdadeiro foi primeiro total e consistentemente desenvolvida no conceito trinitário de Deus. O Deus monoteísta que fosse apenas uma oposição a qualquer multiplicidade não podia ser verdadeiramente um, porque só é um em oposição a muitos, um correlativo de vários. O uno e verdadeiro Deus é distinto de muitos, mas está também presente em vários, abraçando e envolvendo-os pela sua própria unidade e assim unifica a multiplicidade. O Deus uno do Antigo Testamento não só é transcendente, como também está presente no mundo da sua criação pela seu Espírito, pela sua glória e pelo nome. A fé trinitária da Igreja leva à completude esta dupla problemática, pois o Deus transcendente, o Pai eterno, está presente na sua criação pelo seu Filho e pelo seu Espírito reconciliando toda a multiplicidade da criação com a unidade do criador ao arrebatá-la para a comunhão do Filho com o Pai eterno.

WOLFHART PANNENBERG